



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AUGUSTO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2019

ADVOGADO

Instruções

Leia atentamente e cumpra rigorosamente as instruções que seguem, pois elas são parte integrante das provas e das normas que regem esse Concurso Público.

1. Atente-se aos avisos contidos no quadro da sala.
2. Seus pertences deverão ser armazenados dentro do saco plástico fornecido pelo fiscal. Somente devem permanecer em posse do candidato caneta esferográfica de ponta grossa, de material transparente, com tinta azul ou preta, documento de identidade, lanche e água, se houver. A utilização de qualquer material não permitido em edital é expressamente proibida, acarretando a imediata exclusão do candidato.
3. Certifique-se de que este caderno:
 - contém 40 (quarenta) questões;
 - refere-se ao cargo para o qual realizou a inscrição.
4. Cada questão oferece 5 (cinco) alternativas de respostas, representadas pelas letras A, B, C, D e E, sendo apenas 1 (uma) a resposta correta.
5. No caderno de prova, pode-se rabiscar, riscar e calcular.
6. Será respeitado o tempo para realização da prova conforme previsto em edital, incluindo o preenchimento da grade de respostas.
7. A responsabilidade referente à interpretação dos conteúdos das questões é exclusiva do candidato.
8. Os três últimos candidatos deverão retirar-se da sala de prova ao mesmo tempo, devendo assinar a Ata de Prova.
9. Os gabaritos preliminares da prova objetiva serão divulgados na data descrita no Cronograma de Execução.

Boa prova!



Instrução: As questões de números 01 a 10 referem-se ao texto abaixo.

Uma das raivas mais nocivas – a que não se expressa

01 Em Psicologia, a raiva é estudada como um dos sentimentos primários, ou seja, que está
02 presente em todo e qualquer ser humano desde os seus primeiros anos de vida. É um sentimento
03 que através do autoconhecimento pode ser bastante diluído, porém, jamais sanado na
04 totalidade. Aliás, fuja das pessoas que afirmam dominarem suas emoções ao ponto de nunca
05 sentirem raiva. Quem afirma isso está carimbando com categoria uma imensa falta de
06 autoconhecimento.

07 Você sabia que uma das raivas mais nocivas é aquela que não se expressa? Muitas vezes
08 passamos por situações nas quais somos injustiçados, ou que tentam invadir nossa
09 individualidade, ou que de forma cruel tentam nos humilhar, ou praticar bullying, etc. Nesse tipo
10 de situação, é extremamente comum a pessoa que foi prejudicada ficar com tanto medo, com
11 tanta insegurança, que trava completamente e não expressa a raiva que está sentindo
12 internamente. Muitos terapeutas utilizam a metáfora da panela de pressão, ou seja, a pressão
13 sobe, sobe e sobe, podendo chegar a um ponto tal que estoura e joga o que está em seu interior
14 para todos os lados de uma forma desmedida.

15 Pessoas que são muito tímidas, retraídas, inseguras e que têm dificuldade de expressar
16 suas emoções são as que mais sofrem em relação a tudo isso. Elas são as mais suscetíveis a
17 desenvolverem quadros de depressão, de ansiedade generalizada, de pânico, ou a motivarem o
18 surgimento de doenças psicossomáticas diversas (principalmente as doenças de pele). Todos
19 nós sabemos que a pele é o maior órgão do nosso corpo e que ele representa o nível mais
20 externo de proteção. É através da pele que interagimos com o mundo, com as pessoas, com a
21 natureza, com os alimentos e por aí vai. A raiva mal trabalhada é manifestada muitas vezes na
22 forma de doenças de pele, incluindo as chamadas autoimunes (que são produzidas de dentro
23 pra fora, sem uma causa exterior clara, como, por exemplo, um vírus ou bactéria). É
24 interessante esse raciocínio! Pela psicossomatização, quando alguém nos fere de alguma
25 maneira, seja por palavras agressivas, seja por descaso, por ameaças, etc., o corpo às vezes
26 entende isso quase como se fosse um corte na pele, ou uma queimadura na pele.

27 Quando a raiva não é expressa e fica guardada na pessoa podem surgir doenças como
28 psoríase, urticária, lúpus, vitiligo, acnes em excesso, furúnculos e por aí vai. Essas e outras
29 manifestações são como se a pele estivesse lhe dizendo: "estou com medo de ser ainda mais
30 ferida, ainda mais machucada". Estou procurando colocar da forma mais didática possível para
31 que você compreenda facilmente a profundidade de tudo isso! Ao contrário do que muitos
32 pensam, as doenças não são más, não são um castigo, não são provações para que paguemos
33 nossos pecados. Essas concepções são todas invenções e crenças antigas que foram passadas
34 de geração em geração até os dias de hoje. Entenda que as doenças são sinalizadores. Elas
35 aparecem para nos dizer assim: "olhe esse ponto da sua vida que precisa de melhorias, que
36 precisa de curas".

37 Talvez você me pergunte: "mas como conseguir essa cura?". Existem vários caminhos e
38 posso lhe garantir que o desenvolvimento da autoconfiança, que, por sua vez, se dá pelo
39 autoconhecimento, é chave de ouro para que a raiva não fique presa dentro de você. A
40 autoconfiança é você sentir que quando está sendo injustiçado, maltratado, humilhado,
41 desprezado, etc., você diz "parou!" e não permite que nada disso tire sua paz, tire você do seu
42 eixo, do seu equilíbrio.

43 Concluo esse texto com o seguinte conselho: trabalhe o seu autoconhecimento! Leia,
44 estude, assista a bons vídeos, filmes, séries, converse com pessoas que têm mais experiência
45 de vida, faça algum tipo de terapia... Tudo que estiver ao seu alcance para que você seja a cada
46 dia mais equilibrado é o caminho para a felicidade, realização e plenitude. Expresse os seus
47 sentimentos da forma mais sincera possível, inclusive a raiva, e, dessa forma, você estará
48 fazendo mais do que um favor a si mesmo. Estará contribuindo para com o equilíbrio de todos
49 ao seu redor.

(Disponível em <https://www.contioutra.com/uma-das-raivas-mais-nocivas-a-que-nao-se-expressa/> –
texto adaptado especialmente para esta prova.)

QUESTÃO 01 – Considere os seguintes sinônimos apresentados ao lado das palavras extraídas do texto, verificando se podem substituí-las sem prejudicar o contexto em que ocorrem:

- I. desmedida (l. 14) – incomensurável.
- II. descaso (l. 25) – desconsideração.
- III. provações (l. 32) – técnicas.

Quais estão corretos?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas II e III.

QUESTÃO 02 – Sobre a grafia de termos retirados no texto, assinale V, se verdadeiras, e F, se falsas.

- () “diluido” (l. 03) está grafado corretamente.
- () “autoimunes” (l. 22) está grafado corretamente.
- () “psicossomatização” (l. 24) está grafado incorretamente, pois o correto é escrever “psico-somatização”.
- () “sinalizadores” (l. 34) está grafado incorretamente, pois o correto é escrever “sinalizadores”.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A) V – F – V – V.
- B) F – V – V – F.
- C) V – F – F – V.
- D) V – V – F – F.
- E) F – V – F – V.

QUESTÃO 03 – Do excerto “Sem uma causa exterior clara, como, por exemplo, um vírus ou bactéria”, as duas últimas vírgulas foram utilizadas para separar:

- A) Uma oração justaposta assindética.
- B) Um aposto.
- C) Uma expressão explicativa.
- D) Um adjunto adverbial.
- E) Um vocativo.

QUESTÃO 04 – Da oração “É interessante esse raciocínio” (l. 23-24), o conteúdo sublinhado é seu:

- A) Sujeito.
- B) Adjunto adnominal.
- C) Objeto direto.
- D) Complemento nominal.
- E) Predicativo do objeto.

QUESTÃO 05 – Com base no que é estritamente exposto pelo texto, é correto afirmar que:

- A) Por estar mais presente nos primeiros anos de vida, a raiva é estudada como um dos sentimentos primários do ser humano.
- B) Quando o indivíduo se depara com situações de injustiça e de humilhação, é bastante comum que fique inseguro a ponto de não manifestar a raiva sentida em seu interior.
- C) O maior órgão do corpo humano representa o nível de formação identitária mais forjado coletivamente, de modo especial no que se refere à religião e à mitologia.
- D) A vida pecaminosa redundava em doenças como forma de recompensa e reconciliação com a entidade divina, ao contrário do que muitas pessoas pensam.
- E) A chave de ouro para que o indivíduo diga “parou!” se dá pelo autoconhecimento, de modo que alimente desconfiança quanto ao seu desenvolvimento moral e psicológico.

QUESTÃO 06 – A expressão “às vezes” (l. 25) é morfologicamente classificada como sendo uma locução:

- A) Adjetiva.
- B) Conjuntiva.
- C) Adverbial.
- D) Prepositiva.
- E) Interjetiva.

QUESTÃO 07 – No excerto “Elas são as mais suscetíveis a desenvolverem quadros de depressão, de ansiedade generalizada, de pânico, ou a motivarem o surgimento de doenças psicossomáticas diversas”, se o pronome “elas” fosse flexionado no singular, quantas outras palavras precisariam ter a grafia modificada para garantir a correta concordância verbo-nominal?

- A) Quatro.
- B) Cinco.
- C) Seis.
- D) Sete.
- E) Oito.

QUESTÃO 08 – No fragmento textual “Muitos terapeutas utilizam a metáfora da panela de pressão, ou seja, a pressão sobe, sobe e sobe, podendo chegar a um ponto tal que estoura e joga o que está em seu interior para todos os lados de uma forma desmedida”, a conjunção sublinhada inicia orações que exprimem:

- A) Finalidade.
- B) Concessão.
- C) Condição.
- D) Conformidade.
- E) Consequência.

QUESTÃO 09 – Na palavra “antigas” (l. 33), a desinência nominal exclusivamente de gênero é determinada pela:

- A) Terminação “as”.
- B) Vogal “i”.
- C) Primeira vogal “a”.
- D) Segunda vogal “a”.
- E) Consoante “s”.

QUESTÃO 10 – Assinale a alternativa que mostra uma palavra retirada do texto em que NÃO há encontro consonantal.

- A) Sentimentos.
- B) Falta.
- C) Exterior.
- D) Acnes.
- E) Alcance.

QUESTÃO 11 – No Capítulo V da Constituição Federal, que trata sobre a Comunicação Social, consta que a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto na referida Constituição. Nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observados os regramentos contidos no Art. 5º da Constituição, quais sejam:

- I. É livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato.
- II. É assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem.
- III. São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.
- IV. É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.
- V. É assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.

Quais estão corretos?

- A) Apenas I e V.
- B) Apenas II e III.
- C) Apenas I, IV e V.
- D) Apenas II, III e IV.
- E) I, II, III, IV e V.

QUESTÃO 12 – Quanto ao Comércio, Agricultura e Desenvolvimento Econômico, a atuação do Município na zona rural, segundo a Lei Orgânica, terá como principal objetivo, entre outros:

- A) Oferecer meios para assegurar ao grande produtor condições de mercado para os produtos, rentabilidade dos empreendimentos e melhoria das condições de financiamentos.
- B) Garantir o escoamento da produção, sobretudo o abastecimento alimentar.
- C) Assegurar a exploração dos recursos naturais.
- D) Incentivar a agroindústria associativa, sob o controle da Secretaria Municipal de Agricultura.
- E) Dar incentivo à armazenagem particular, onde cada família terá local para estocar sua produção.

QUESTÃO 13 – De acordo com as disposições contidas na Lei Orgânica, considerando o cumprimento dos ritos legais, em qual das situações apresentadas a seguir o vereador manteve seu mandato?

- A) João foi investido no cargo de Secretário Municipal.
- B) Na segunda sessão legislativa de seu mandato, Rian faltou à terça parte das sessões ordinárias da Câmara, sem ter licença ou estar participando de missão por ela autorizada.
- C) Em virtude de atitudes diversas, o procedimento de Clair foi declarado incompatível com o decoro parlamentar.
- D) Por questões familiares, Lenara mudou-se para o município de Três Passos, fixando residência em terras de seus pais.
- E) A empresa de Alice goza de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público do município.

QUESTÃO 14 – Conforme a Lei Orgânica, a formalização dos atos administrativos da competência do Prefeito se dará mediante decreto numerado e em ordem cronológica quando se tratar de:

- A) Provimento e vacância de cargos públicos e demais atos de efeito individual relativos aos servidores municipais.
- B) Lotação e relotação nos quadros de pessoal.
- C) Criação de Comissões e designação de seus membros.
- D) Abertura de sindicância e processos administrativos e aplicação de penalidades.
- E) Definição da competência dos órgãos e das atribuições dos servidores da Prefeitura, não privativas em lei.

QUESTÃO 15 – Em relação às normas gerais das finanças públicas, qual das ações a seguir NÃO está vedada pelos regramentos dispostos na Lei Orgânica?

- A) Iniciar programas ou projetos fora da lei orçamentária anual.
- B) Assumir obrigações diretas excedentes aos créditos orçamentários ou adicionais.
- C) Realizar operações de créditos excedentes ao montante das despesas de capital, autorizadas mediante créditos suplementares e especiais com finalidade precisa, aprovadas pela Câmara Municipal por maioria absoluta.
- D) Vincular a receita de impostos a órgão, fundo ou despesa e destinar recursos para a manutenção de crédito por antecipação da receita.
- E) Conceder ou utilizar créditos ilimitados.

QUESTÃO 16 – Quanto às mutações funcionais previstas no Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, analise as assertivas abaixo acerca da substituição:

- I. Dá-se mediante pedido ou de ofício, de acordo com a conveniência do serviço ou por interesse da administração.
- II. Ocorre durante o impedimento legal de titular de cargo em comissão.
- III. Na falta da relação de substitutos para o ano todo, a designação será feita em cada caso.
- IV. Se a substituição ocorrer por cinco dias, o substituto fará jus ao valor da função gratificada, respeitada a proporcionalidade do tempo que desempenhar a função.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas III.
- C) Apenas I e IV.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 17 – Sobre o serviço extraordinário, previsto no Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, assinale a alternativa correta.

- A) A prestação de serviços extraordinários poderá ocorrer por determinação do Secretário Municipal a que o servidor estiver subordinado, ou do Prefeito Municipal, ou por acordo realizado no grupo de trabalho.
- B) Será remunerado por hora de trabalho que exceda ao período normal, com acréscimo de cinquenta por cento em relação à hora normal, ou compensado na razão de uma hora por uma hora e meia, mediante acordo com cada servidor.
- C) Somente será pago ou compensado ao servidor o serviço extraordinário se este passar de, no mínimo, 30 minutos após a jornada normal de trabalho.
- D) Salvo nos casos excepcionais, devidamente justificados, não poderá o trabalho em horário extraordinário exceder a três horas diárias.
- E) O tempo consumido com o deslocamento do servidor será computado como de serviço efetivamente prestado mediante estimativa de trajeto entre o endereço residencial e o da repartição em que esteja lotado, ou com a devida anotação em planilha quando se tratar de motorista de veículos pesados ou operador de máquinas durante o período do deslocamento até o local de trabalho, ou ainda quando o servidor estiver a serviço ou treinamento para fora do território do Município.

QUESTÃO 18 – Assinale a alternativa correta em relação à Lei Municipal nº 1.692/2003:

- A) A promoção será realizada dentro da mesma categoria funcional, mediante a transferência do servidor de uma determinada função para outra de maior tempo de criação.
- B) As categorias funcionais terão 7 (sete) classes, designadas pelas letras A, B, C, D, E, F e G.
- C) As promoções obedecerão ao critério único de merecimento.
- D) Cada cargo se situa dentro da categoria funcional, inicialmente na classe A, e a ela retorna quando vago.
- E) A penalidade de advertência não prejudica o merecimento.

QUESTÃO 19 – Por meio do Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, está assegurado ao servidor o direito de requerer, pedir reconsideração, recorrer e representar, em defesa de direito ou de interesse legítimo. Sobre o tema, analise as assertivas abaixo:

- I. As petições, salvo determinação expressa em lei ou regulamento, serão dirigidas ao Prefeito Municipal e terão decisão no prazo de trinta dias.
- II. O prazo para interposição de pedido de reconsideração ou de recurso é de quarenta e cinco dias, a contar da publicação ou da ciência, pelo interessado, da decisão recorrida, sendo que tal pedido terá efeito suspensivo.
- III. É assegurado o direito de vistas do processo ao servidor ou representante legal, pelo prazo de dez (10) dias.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas I e III.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 20 – Analise as afirmações a seguir, considerando a Lei Municipal nº 1.692/2003, que dispõe sobre os quadros de cargos e funções públicas do Município de Santo Augusto, estabelece o plano de carreira dos servidores e dá outras providências:

- I. Especificações das categorias funcionais, para os efeitos desta Lei, é a diferenciação de cada uma relativamente às atribuições, responsabilidades e dificuldades de trabalho, bem como às qualificações exigíveis para o provimento dos cargos que a integram.
- II. Na especificação de cada categoria funcional deverá conter o local de desenvolvimento das atividades inerentes ao cargo, entre outras informações.
- III. A denominação da categoria funcional é informação constante na descrição sintética de cada cargo.
- IV. As especificações das categorias funcionais e dos cargos em comissão e funções gratificadas de assessoramento, criados pela Lei antes referida, são as que constituem nos anexos, partes integrantes da própria Lei.

Quais estão corretas?

- A) Apenas II.
- B) Apenas III.
- C) Apenas I e IV.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II, III e IV.

MATEMÁTICA/RACIOCÍNIO LÓGICO

QUESTÃO 21 – Na rede de supermercados "Mega", foram entrevistadas 320 pessoas sobre sua preferência pelas marcas de café: "A", "B" e "C", gerando a seguinte tabela:

Marca	Quantidade de pessoas
A	154
B	154
C	197
A e B	79
A e C	88
B e C	97
A, B e C	X

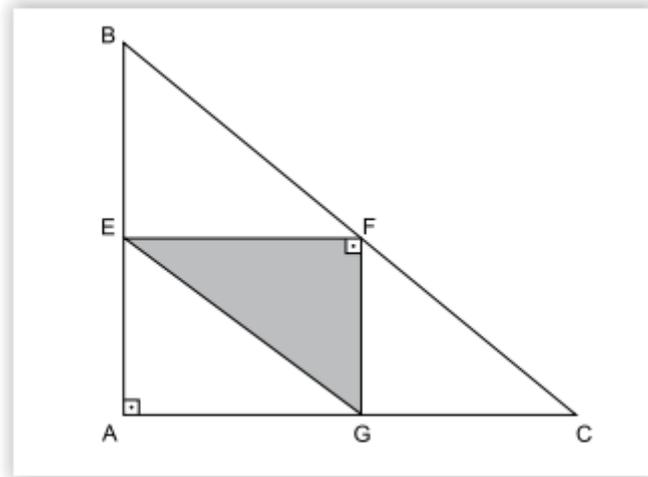
Sabendo que 23 pessoas não preferem nenhuma das três marcas, quantas pessoas preferem as três marcas de café ao mesmo tempo?

- A) 23.
- B) 32.
- C) 41.
- D) 56.
- E) 68.

QUESTÃO 22 – Considerando as seguintes frações: $f(x) = 2x + 8$ e $g(x) = 3x - 2$, assinale a alternativa que apresenta o resultado de $\frac{f(6)}{g(2)}$.

- A) 3.
- B) 5.
- C) 8.
- D) 16.
- E) 24.

QUESTÃO 23 – A figura abaixo apresenta um triângulo inscrito dentro de outro triângulo, ambos triângulos-retângulos, sendo que os seguimentos do triângulo menor, tocam exatamente o ponto médio dos seguimentos do triângulo maior.



Sabendo que a medida $AB = 12$ cm e $AC = 16$ cm, então a medida EG mede quantos cm?

- A) 6.
- B) 8.
- C) 10.
- D) 13.
- E) 15.

QUESTÃO 24 – Quanto de juros renderá uma aplicação sob regime de juros simples, de um capital de R\$ 3.000,00, a uma taxa mensal de 2%, durante 6 meses?

- A) R\$ 360,00.
- B) R\$ 480,00.
- C) R\$ 600,00.
- D) R\$ 720,00.
- E) R\$ 840,00.

QUESTÃO 25 – São exemplos de proposições:

- I. $2 \times 2 = 6$.
- II. $X + 2 = 0$.
- III. $W + Z = Y$.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e III.
- E) I, II e III.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 26 – José, administrador de associação privada, sem fins lucrativos, que recebe subvenção da Prefeitura Municipal de Santo Augusto para custeio com mais de cinquenta por cento da receita anual, junta-se a João, contador terceirizado, com o intuito de incorporar ao patrimônio próprio valores integrantes do acervo patrimonial da entidade. À luz da situação ora descrita e do disposto na Lei nº 8.429/1992, é correto afirmar que:

- A) José não é agente público, uma vez que a entidade que administra é pessoa jurídica de direito privado.
- B) Em que pese tenha atuado em prejuízo da entidade, a João não se aplicam as sanções da Lei nº 8.429/1992.
- C) Falecendo os agentes, seus sucessores, em razão do princípio da intranscendência da pena, não responderão pela lesão ao patrimônio público.
- D) Quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá à autoridade administrativa responsável pelo inquérito representar ao Ministério Público para a indisponibilidade dos bens do indiciado, que recairá sobre a integralidade dos bens do agente público.
- E) A sentença que julgar procedente ação civil de reparação de dano ou decretar a perda dos bens havidos ilicitamente determinará o pagamento ou a reversão dos bens, conforme o caso, em favor da pessoa jurídica prejudicada pelo ilícito.

QUESTÃO 27 – Ao analisar uma série de processos licitatórios, o Advogado do Município de Santo Augusto se depara com uma única situação irregular, à luz da Lei nº 8.666/1993 e seu respectivo Decreto atualizador. Assinale a única alternativa que NÃO está em conformidade com o plexo normativo atinente ao procedimento licitatório.

- A) Na contratação de serviços de energia elétrica, junto à concessionária de serviço público, é dispensável licitação.
- B) Para a elaboração de projeto básico e executivo de obra municipal, é inexigível a licitação para contratação de empresa com notória especialização.
- C) Para participação em uma determinada tomada de preços, o edital pode vedar a apresentação de registros cadastrais de outros órgãos ou entidades da Administração Pública.
- D) O Município pode promover a contratação de obras e serviços de engenharia, na modalidade convite, no valor de até R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais).
- E) O Município contratou duas empresas para a realização da reforma do prédio de uma escola municipal. Para tanto, fracionou o serviço em dois convites, no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) cada.

QUESTÃO 28 – Sobre o Mandado de Segurança Individual e Coletivo, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Cabe mandado de segurança contra ato de administrador de entidade autárquica, no que diz respeito às atribuições de poder público.
- B) Não cabe mandado de segurança contra lei em tese.
- C) Não se concederá mandado de segurança quando se tratar de ato contra o qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, exceto se realizada caução.
- D) Será decretada a perempção ou caducidade da medida liminar ex officio ou a requerimento do Ministério Público quando, concedida a medida, o impetrante criar obstáculo ao normal andamento do processo ou deixar de promover, por mais de três dias úteis, os atos e as diligências que lhe cumprirem.
- E) Das decisões em mandado de segurança proferidas em única instância pelos tribunais cabe recurso especial e extraordinário, nos casos legalmente previstos, e recurso ordinário, quando a ordem for denegada.

QUESTÃO 29 – Acerca das competências fixadas pela Constituição Federal, é INCORRETO afirmar que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

- A) Cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.
- B) Legislar sobre educação, cultura, ensino e desporto.
- C) Fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar.
- D) Registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios.
- E) Estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.

QUESTÃO 30 – O prefeito do Município de Santo Augusto quer discutir, no STF, a constitucionalidade de uma determinada lei municipal, publicada em 01/10/1982, que contempla destinatários determináveis, tendo como parâmetro a Constituição Federal e fundada em controvérsia constitucional. Na oportunidade, foi verificada a existência de diversos casos já julgados acerca do tema, inclusive com acordos, propostos pelo município, e homologados pelo poder judiciário. Acerca do controle de constitucionalidade, assinale a alternativa correta.

- A) Poderá ser proposta, perante o STF, ação direta de inconstitucionalidade, para processo objetivo de controle de constitucionalidade tendo como parâmetro a Constituição Federal.
- B) Ao invés de questionar a constitucionalidade da lei via ação direta, que se mostra inadequada à hipótese, caberia o manejo de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, proposta perante o STF.
- C) O prefeito municipal tem legitimidade para propor ação direta de inconstitucionalidade perante o STF, cuja decisão terá eficácia *erga omnes* e efeito vinculante relativamente aos demais órgãos do Poder Público.
- D) O fato de uma lei possuir destinatários determináveis retira seu caráter abstrato e geral, transformando-a em norma de efeitos concretos.
- E) Acordos homologados judicialmente afastam o controle concentrado de constitucionalidade das leis.

QUESTÃO 31 – Nicanor deu entrada em processo administrativo, buscando a renovação da concessão de licença para a prática de comércio ambulante nas ruas de Santo Augusto, notadamente em ponto próximo à prefeitura, em que já tinha obtido licença anterior para a mesma atividade, com fundamento em norma de conteúdo indeterminado. Apresentou a mesma documentação. Contudo, o pedido foi negado em razão de alteração, posterior à apresentação da documentação, do entendimento administrativo do órgão municipal responsável pela análise. Também, o órgão administrativo municipal impôs multa ao requerente, em função da irregularidade reconhecida da licença anteriormente concedida. À luz da Lei de Introdução das Normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657/1942 e suas alterações), é correto afirmar que:

- A) Na esfera administrativa, a decisão pode ter como base valores jurídicos abstratos, independentemente de consideração das consequências práticas da decisão.
- B) Não há qualquer óbice à adoção de novo entendimento administrativo, sobre norma de conteúdo indeterminado, sendo desnecessária a fixação de regime de transição ainda que indispensável para que o novo condicionamento de direito seja cumprido de modo proporcional e equânime.
- C) Tendo havido parecer no sentido da aplicação da multa ao requerente, ainda que configurado dolo ou erro grosseiro, não responderá o agente público.
- D) A revisão, na esfera administrativa, quanto à validade de ato cuja produção já se houver completado levará em conta as orientações gerais da época, sendo vedado que, com base em mudança posterior de orientação geral, se declarem inválidas situações plenamente constituídas, do que resulta a impossibilidade de aplicação de multa ao requerente.
- E) Ainda que voltadas à segurança jurídica na aplicação das normas, as autoridades públicas não podem editar súmulas administrativas.

QUESTÃO 32 – Em relação à execução fiscal, assinale a alternativa INCORRETA, a teor do disposto no Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015) e Lei nº 6.830/1980.

- A) A sentença que julga procedentes, no todo ou em parte, os embargos à execução fiscal, está sujeita a duplo grau de jurisdição, não produzindo efeitos senão depois de confirmada pelo tribunal, independentemente do proveito econômico obtido.
- B) A ação fundada em direito pessoal ou em direito real sobre bens móveis será proposta no foro do domicílio do réu, no de sua residência ou no do lugar onde for encontrado.
- C) Haverá homologação de decisão estrangeira para fins de execução fiscal quando prevista em tratado ou em promessa de reciprocidade apresentada à autoridade brasileira.
- D) A Dívida Ativa da Fazenda Pública, compreendendo a tributária e a não tributária, abrange atualização monetária, juros e multa de mora e demais encargos previstos em lei ou contrato.
- E) No prazo dos embargos, o executado deverá alegar toda matéria útil à defesa, requerer provas e juntar aos autos os documentos e rol de testemunhas, até três, ou, a critério do juiz, até o dobro desse limite.

QUESTÃO 33 – Sobre a advocacia pública, à luz do Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015) e suas alterações, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro, em qualquer hipótese, para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal.
- B) A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico.
- C) O membro da Advocacia Pública será civil e regressivamente responsável quando agir com dolo ou fraude no exercício de suas funções.
- D) Incumbe à Advocacia Pública, na forma da lei, defender e promover os interesses públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por meio da representação judicial, em todos os âmbitos federativos, das pessoas jurídicas de direito público que integram a administração direta e indireta.
- E) Ressalvadas as férias individuais e os feriados instituídos por lei, os membros da Advocacia Pública e os auxiliares da Justiça exercerão suas atribuições durante o período de suspensão do prazo processual nos dias compreendidos entre 20 de dezembro e 20 de janeiro, inclusive.

QUESTÃO 34 – Sobre os crimes contra a fé pública, previstos no Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848/1940), assinale a alternativa correta.

- A) Aquele que fabricar, adquirir, fornecer, a título oneroso ou gratuito, possuir ou guardar maquinismo, aparelho, instrumento ou qualquer objeto especialmente destinado à falsificação de moeda responde pelo delito de moeda falsa.
- B) O agente público que falsifica, no todo ou em parte, documento emanado de entidade paraestatal, incorre no delito de falsificação de documento público, aumentando-se a pena de sexta parte.
- C) O cartão de crédito é equiparado a documento público para fins do delito de falsificação de documento público.
- D) Omitir, em documento particular, declaração que dele devia constar, com o fim de prejudicar direito de terceiro, enquadra-se como delito de falsificação de documento particular.
- E) Aquele que usa, como próprio, documento alheio ou se atribui falsa identidade comete delitos apenados com detenção e multa, ainda que se constituam elementos de crime mais grave.

QUESTÃO 35 – Acerca dos crimes contra a administração pública, à luz do disposto no Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848/1940 e respectivas alterações) e das leis de abuso de autoridade e de licitações, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Teófilo, exercente de cargo em entidade paraestatal, ao desviar bem móvel público, em proveito alheio, está incurso nas sanções atinentes ao crime de peculato.
- B) Caso Teobaldo, ocupante de cargo em comissão em autarquia municipal, revele fato de que tem ciência em razão do cargo e que deva permanecer em segredo, responderá pelo delito de violação de sigilo funcional, sem lhe ser aplicável a causa de aumento de pena da terça parte, prevista no Art. 327, §2º, do CP.
- C) Teórcrito, servidor público municipal, foi condenado por abuso de autoridade, nos termos da Lei nº 13.869/2019 (Lei de Abuso de Autoridade), tendo sido reconhecida sua reincidência em crime da mesma espécie. Assim, tem-se como efeito automático da sentença a perda do cargo público.
- D) Tito foi absolvido em processo criminal atinente à Lei nº 13.869/2019, em razão do reconhecimento do estrito cumprimento de dever legal. A decisão prolatada pelo juízo criminal, na hipótese, faz coisa julgada no âmbito cível e administrativo-disciplinar.
- E) Tâmara ajustou com Taciana a contratação de sua empresa de serviços de publicidade, pelo município de Santo Augusto, por meio de inexigibilidade de licitação. Na hipótese narrada, ambas as agentes responderão pelo mesmo delito, caracterizado pelo ato de inexigir licitação fora das hipóteses previstas em lei, sendo-lhes aplicada a mesma pena.

QUESTÃO 36 – Segundo dicção do Código Tributário Nacional, em relação ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) O imposto, de competência dos Municípios, sobre a propriedade predial e territorial urbana tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana do Município.
- B) A lei municipal pode considerar urbanas as áreas urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio, ainda que definidos fora das zonas definidas como zona urbana em lei municipal.
- C) A base de cálculo do imposto é o valor venal do imóvel.
- D) Para os efeitos do IPTU, entende-se como zona urbana a definida em decreto municipal; observado o requisito mínimo da existência de, pelo menos, dois melhoramentos, construídos ou mantidos pelo Poder Público, dentre meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais; abastecimento de água; sistema de esgotos sanitários; rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar; escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de três quilômetros do imóvel considerado.
- E) Contribuinte do imposto é o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil, ou o seu possuidor a qualquer título.

QUESTÃO 37 – O entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça tem grande valia na interpretação da legislação tributária, sendo relevante seu conhecimento quando da administração dos tributos municipais, sendo exigido do aspirante a Procurador transitar com segurança por seus enunciados. Diante de tal realidade, assinale a alternativa que apresenta uma assertiva INCORRETA, quando ao entendimento sumulado do STJ em matéria tributária, atinente à esfera municipal:

- A) O contribuinte do IPTU é notificado do lançamento pelo envio do carnê ao seu endereço.
- B) É defeso, ao município, atualizar o IPTU, mediante decreto, em percentual superior ao índice oficial de correção monetária.
- C) No tocante à base de cálculo, o ISSQN incide apenas sobre a taxa de agenciamento quando o serviço prestado por sociedade empresária de trabalho temporário for de intermediação, devendo, entretanto, englobar também os valores dos salários e encargos sociais dos trabalhadores por ela contratados nas hipóteses de fornecimento de mão de obra.
- D) A prestação de serviço de composição gráfica, personalizada e sob encomenda, ainda que envolva fornecimento de mercadorias, está sujeita, apenas, ao imposto sobre serviços.
- E) O fornecimento de concreto, por empreitada, para construção civil, ainda que preparado no trajeto até a obra em betoneiras acopladas a caminhões, não está sujeito ao imposto sobre serviços.

QUESTÃO 38 – Sobre o lançamento tributário, assinale a alternativa correta à luz do Código Tributário Nacional.

- A) A atividade administrativa de lançamento é discricionária e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.
- B) O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, salvo se posteriormente modificada ou revogada.
- C) Aplica-se ao lançamento a legislação que, posteriormente à ocorrência do fato gerador da obrigação, tenha instituído novos critérios de apuração ou processos de fiscalização, ampliado os poderes de investigação das autoridades administrativas, ou outorgado ao crédito maiores garantias ou privilégios, exceto, neste último caso, para o efeito de atribuir responsabilidade tributária a terceiros.
- D) A modificação introduzida, de ofício ou em consequência de decisão administrativa ou judicial, nos critérios jurídicos adotados pela autoridade administrativa no exercício do lançamento pode ser efetivada, em relação a um mesmo sujeito passivo, quanto a fato gerador ocorrido a qualquer tempo.
- E) O lançamento por homologação, que ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa, opera-se pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente a homologa. Contudo, a extinção do crédito tributário não está sujeita à condição resolutória da ulterior homologação.

QUESTÃO 39 – O licenciamento ambiental é o procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso (Res. nº 237/1997 do CONAMA). Sobre esse importante instrumento de controle ambiental, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A renovação da Licença de Operação (LO) de uma atividade ou empreendimento deverá ser requerida com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença, ficando este automaticamente prorrogado até a manifestação definitiva do órgão ambiental competente.
- B) A localização, construção, instalação, ampliação, modificação e operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, bem como os empreendimentos capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento do órgão ambiental competente, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis.
- C) A licença ambiental para empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de significativa degradação do meio dependerá de prévio estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto sobre o meio ambiente (EIA/RIMA), ao qual dar-se-á publicidade, garantida a realização de audiências públicas, quando couber, de acordo com a regulamentação.
- D) O IBAMA fará o licenciamento de empreendimentos e atividades com significativo impacto ambiental de âmbito nacional ou regional após considerar o exame técnico procedido pelos órgãos ambientais dos Estados e Municípios em que se localizar a atividade ou empreendimento, bem como, quando couber, o parecer dos demais órgãos competentes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, envolvidos no procedimento de licenciamento.
- E) No procedimento de licenciamento ambiental deverá constar, obrigatoriamente, a certidão da Prefeitura Municipal, declarando que o local e o tipo de empreendimento ou atividade estão em conformidade com a legislação aplicável ao uso e ocupação do solo e, quando for o caso, a autorização para supressão de vegetação e a outorga para o uso da água, emitidas pelos órgãos competentes.

QUESTÃO 40 – Sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, estabelecido pela Lei nº 9.985/2000, e sua interpretação jurisprudencial, assinale a alternativa correta.

- A) O objetivo das Unidades de Uso Sustentável é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos recursos naturais, com exceção dos casos previstos em lei.
- B) Em nenhuma hipótese são admitidas alterações dos ecossistemas em Estações Ecológicas.
- C) O Parque Nacional é de posse e domínio público, sendo mantidas, porém, as áreas particulares incluídas em seus limites, de acordo com o que dispõe a lei.
- D) O Refúgio de Vida Silvestre pode ser constituído por áreas particulares, desde que seja possível compatibilizar os objetivos da unidade com a utilização da terra e dos recursos naturais do local pelos proprietários.
- E) A Área de Relevante Interesse Ecológico é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.